

Sumário

Agradecimentos.....	7
A figura admirável de Theotonio Negrão	15
Prefácio.....	17
Apresentação.....	19
Capítulo 1 — Execução e tutela jurisdicional executiva.....	21
1.1 O tema da execução forçada e sua constante revisitação: a contínua necessidade de aprimoramento das técnicas executivas	21
1.2 A tutela jurisdicional diferenciada no âmbito executivo e a <i>técnica</i> expropriatória.....	24
1.3 A execução forçada, seu conceito e suas técnicas: atividades coercitivas e sub-rogatórias	26
1.4 Execução, atividade executiva, processo de execução, fase de execução e cumprimento de sentença.	28
1.5 Meios executivos: conceituação e breve digressão histórica.....	32
1.6 Meios executivos coercitivos e meios executivos sub-rogatórios.....	43
1.7 O dever de colaboração do executado e outros comandos legais destinados a dar efetividade à tutela jurisdicional executiva.....	46
1.8 Execução pecuniária, tutela jurisdicional executiva e a sistemática da dupla expropriação..	49
1.9 Conclusão do capítulo: justificativas para a escolha do tema da expropriação executiva.....	51
Capítulo 2 — Responsabilidade patrimonial.....	55
2.1. O princípio da responsabilidade patrimonial, seus contornos e seus limites	55
2.2. Expropriação e responsabilidade patrimonial	57
2.3. Limites naturais e políticos à expropriação executiva de bens	59
2.4. Impenhorabilidade absoluta de bens: o rol do art. 649 do Código de Processo Civil	61
2.5. Impenhorabilidade do bem de família: Lei n. 8.009/90	72
2.5.1. Hipóteses de mitigação da regra da impenhorabilidade do bem de família	79
2.6. Impenhorabilidade relativa de bens.....	87
2.7. A responsabilidade executiva de terceiros	88
2.7.1. A responsabilidade patrimonial dos sócios pelas dívidas da sociedade	90
2.7.2. A responsabilidade patrimonial do cônjuge	101

2.7.3.	A responsabilidade atribuída a bens em poder de terceiros	105
2.7.3.1.	Fraude à execução e fraude contra credores.....	107
2.7.4.	A responsabilidade patrimonial por sucessão <i>causa mortis</i>	111
Capítulo 3 — Expropriação executiva		114
3.1.	O conceito de expropriação executiva	114
3.2.	Expropriação: breve notícia de direito comparado.....	119
3.2.1.	Portugal.....	121
3.2.2.	Espanha.....	125
3.2.3.	França	130
3.2.4.	Estados Unidos.....	131
3.2.5.	Itália	134
3.2.6.	Argentina.....	141
3.2.7.	Alemanha	146
3.2.8.	O Código de Processo Civil Modelo para a América Latina.....	149
3.3.	Nova ordem legal de preferência entre os meios de expropriação	151
3.4.	Expropriação da coisa locada ou cedida em comodato.....	152
3.5.	Título da aquisição (originária ou derivada) e purgação dos direitos de garantia	158
3.6.	Evicção.....	161
3.7.	Vícios ocultos e aparentes da coisa	162
3.8.	Responsabilidade por despesas condominiais, água, luz, esgoto e tributos	166
Capítulo 4 — Adjudicação		171
4.1.	O conceito de adjudicação.....	171
4.2.	A prerrogativa de adjudicar independentemente de prévia realização de hasta pública	174
4.3.	Legitimidade para adjudicar e a recente extinção da remição do bem penhorado no Código de Processo Civil.....	175
4.4.	Requisitos para adjudicar	182
4.5.	Procedimento que antecede a adjudicação, concurso de pretendentes e licitação	184
4.6.	Necessidade de intimação dos legitimados a adjudicar	189
4.7.	Prazo para o exercício do direito de adjudicar	192
4.8.	A ordem de preferências para o levantamento do produto da adjudicação	193
4.9.	Auto de adjudicação, carta de adjudicação e seus efeitos	194
Capítulo 5 — Alienação por iniciativa particular		199
5.1.	A figura da alienação por iniciativa particular	199
5.2.	Natureza jurídica	203

5.3. Características legais da alienação por iniciativa particular.....	204
5.4. Valor mínimo	212
5.5. Prazo	214
5.6. Termo e carta de alienação particular.....	214
5.7. Uso de meios eletrônicos.....	216
5.8. A <i>restritíssima</i> disciplina legal da alienação particular.....	218
5.9. A alienação particular nas diversas modalidades de execução pecuniária..	220
Capítulo 6 — Arrematação	222
6.1. O conceito de arrematação	222
6.2. Natureza jurídica da arrematação	223
6.3. Hasta pública, praça e leilão	227
6.4. Os intrincados problemas atinentes à arrematação e as perspectivas trazidas pela Lei n. 11.382/2006	227
6.5. Procedimento legal da arrematação.....	229
6.6. A fase preparatória da arrematação	230
6.7. O edital da hasta pública	232
6.8. Uso de ferramentas tecnológicas: meios eletrônicos de publicidade do edital e a denominada <i>hasta pública eletrônica</i>	233
6.9. Dispensa do edital de hasta pública	235
6.10. Legitimidade para arrematar.....	235
6.11. Intimações que devem anteceder a hasta pública	238
6.12. A licitação do bem penhorado	239
6.13. Arrematação e preço vil	242
6.14. O auto de arrematação, seus efeitos e a carta de arrematação	243
6.15. Desfazimento da arrematação	246
6.16. Desistência da arrematação e prazo para manifestá-la	248
Capítulo 7 — Usufruto do bem móvel ou imóvel	251
7.1. A antiga figura do usufruto da empresa	251
7.2. Breve histórico legislativo acerca do usufruto judicial	252
7.3. O usufruto do bem móvel ou imóvel.....	256
7.3.1. Conceito: usufruto forçado × expropriação	257
7.3.2. A nomenclatura escolhida pelo legislador	259
7.3.3. Usufruto de bens móveis	260
7.3.4. Momento processual adequado para sua postulação	260
7.3.5. Hipóteses usuais de cabimento	262
7.3.6. Usufruto direto e indireto e os cuidados na utilização da coisa	263
7.3.7. Usufruto impróprio ou <i>quase usufruto</i> na seara executiva	265

7.3.8.	Requisitos.....	266
7.3.9.	Procedimento inicial.....	267
7.3.10.	Perícia para avaliação dos frutos e rendimentos e para estimar o prazo de duração do usufruto.....	268
7.3.11.	Deferimento do usufruto forçado, natureza da decisão e sua implementação	271
7.3.12.	O administrador judicial.....	274
7.3.13.	Usufruto sobre bem locado, arrendado ou pertencente a mais de uma pessoa	275
7.3.14.	Alienação do bem durante o curso do usufruto	277
7.3.15.	Locação do bem objeto do usufruto forçado	279
7.3.16.	Usufruto, execução provisória e necessidade de caução	280
Capítulo 8 — Entrega do dinheiro e concurso especial de credores		282
8.1.	Noções introdutórias.....	282
8.2.	Adjudicação, usufruto e fase satisfativa da execução	284
8.3.	<i>Vigilantibus iura x par conditio creditorum</i>	286
8.4.	A entrega do dinheiro.....	289
8.5.	A hipótese do credor singular.....	291
8.6.	O concurso especial de credores.....	294
8.7.	Legitimados ao concurso especial de credores	295
8.8.	Concurso entre credores sem privilégio ou preferência de direito material	298
8.9.	Natureza jurídica do concurso especial.....	305
8.10.	Juízo competente.....	310
8.11.	Procedimento para apuração do concurso de preferências.....	311
8.12.	A ordem das preferências.....	313
Capítulo 9 — Expropriação extrajudicial		326
9.1.	A denominada <i>expropriação extrajudicial</i> (Decreto-lei n. 70/66) à luz da Constituição Federal de 1988.....	326
9.2.	O procedimento previsto pelo Decreto-lei n. 70/66.	329
9.3.	Sua duvidosa constitucionalidade.....	330
Capítulo 10 — Expropriação nas ações coletivas		334
10.1.	Breves comentários sobre as ações coletivas.....	334
10.2.	Execução e meios de expropriação nas ações coletivas.....	337
Capítulo 11 — Expropriação nas execuções fiscais.....		345

Capítulo 12 — Expropriação nas execuções trabalhistas e de contribuições previdenciárias	352
12.1. Expropriação nas execuções de verbas trabalhistas	352
12.2. Expropriação nas execuções de contribuições previdenciárias	357
Capítulo 13 — Expropriação na falência	360
Capítulo 14 — Expropriação na insolvência civil.....	372
14.1. Breve comentário inicial	372
14.2. Ação de insolvência civil, seus legitimados passivos e o conceito de devedor civil... ..	372
14.3. Legitimidade ativa	375
14.4. Competência	376
14.5. Insolvência postulada por credor.....	377
14.6. Insolvência postulada pelo próprio devedor (<i>autoinsolvência</i>).....	377
14.7. Declaração de insolvência e seus efeitos.....	378
14.8. Procedimento a ser adotado após a declaração da insolvência.....	378
14.9. Arrecadação e alienação dos bens do devedor insolvente... ..	380
14.10. Verificação e classificação dos créditos	383
14.11. Entrega do dinheiro aos credores.....	387
Capítulo 15 — Embargos de segunda fase	389
15.1. Breve notícia histórica	389
15.2. Os embargos de segunda fase: conceito, função e características.....	392
15.3. Colocação do tema à luz do advento da Lei n. 11.382/2006	412
15.4. Procedência dos embargos de segunda fase e seus efeitos em relação à expropriação.. ..	415
Conclusão	419
Considerações finais: a tese defendida no presente estudo	419
Resumo dos principais pontos abordados.....	423
Referências	445